



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2024084974 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da Vara Única da Comarca de Princesa Isabel, requisitando pagamento de honorários em favor de Gustavo Leitão de Figueiredo Medeiros, pela perícia realizada no Processo nº 0800057-91.2024.8.15.0311, movido por JOÃO PAULO BARBOSA LEITE, em face do INSS.

Data da Autuação: 11/07/2024

Parte: Gustavo Leitão de Figueiredo Medeiros e outros(1)



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo **Senhor** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba:

Considerando que o(a) senhor(a) GUSTAVO LEITÃO DE FIGUEIREDO MEDEIROS aceitou o encargo de perito, venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados nos autos do processo adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme Decisão proferida nos autos do processo abaixo referenciado (ID nº 85048619).

1.1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

- 1.1.1 Processo Judicial nº 0800057-91.2024.8.15.0311
- 1.1.2 Natureza da Ação: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA
- 1.1.3 Unidade Judiciária requisitante: VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRINCESA ISABEL
- 1.1.4 Autor(es): JOÃO PAULO BARBOSA LEITE CPF: 056.165.594-40
- 1.1.5 Réu(s): INSS
- 1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (x) Perícia
- 1.1.7 Natureza dos honorários: (x) Adiantamento () Finais
- 1.1.8 Valor Arbitrado: R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

1.2 DOS DADOS DO PERITO

- 1.2.1 Nome: GUSTAVO LEITÃO DE FIGUEIREDO MEDEIROS
- 1.2.2 Endereço: RUA SEVERINO SOARES Nº70 BAIRRO MATERNIDADE, CONDOMÍNIO VILLAS DO LAGO, QUADRA 01, LOTE 07, CEP: 58701-380 - PATOS/PB
- 1.2.3 Telefone: (83) 986802586
- 1.2.4 CPF: 04810796450
- 1.2.5 Banco: BANCO DO BRASIL S/A - Agência: 0151-1 - C/C: 6279-0 - PIX: 04810796450
- 1.2.6 Inscrição PIS/PASEP: 19046838709
- 1.2.7 Inscrição no Conselho competente: CRM-PB 8233

Nota: O prestador deve apresentar documento hábil que comprove sua quitação junto ao Conselho.

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:

- 1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária
- 1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais

PRINCESA ISABEL-PB, em 17 de Abril de 2024

VALQUIRIA
APARECIDA DE
SOUSA:470053
8
Assinado de forma
digital por VALQUIRIA
APARECIDA DE
SOUSA:4700538
Dados: 2024.04.17
11:09:00 -03'00'
Servidor Responsável

Mathews
Francisco
Rodrigues de
Souza do
Amaral:4779932

Assinado digitalmente por Mathews Francisco
Rodrigues de Souza do Amaral:4779932
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade
Certificadora da Justiça - AC-JUS, OU=17334115000115, OU=VideoConferencia, OU=Cert-JUS Magistrado - A3, OU=PODER
JUDICIARIO, OU=Magistrado, CN=Mathews
Francisco Rodrigues de Souza do
Amaral:4779932
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.07.05 11:18:42-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

Juiz de Direito



Número: 0800057-91.2024.8.15.0311

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA**

Órgão julgador: **Vara Única de Princesa Isabel**

Última distribuição : **11/01/2024**

Valor da causa: **R\$ 76.248,00**

Assuntos: **Incapacidade Laborativa Parcial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO PAULO BARBOSA LEITE (AUTOR)		RAPHAELLA KARLA MARTINS DE LIMA (ADVOGADO)	
INSS (REU)			
CEABDJ- CENTRAL DE ANÁLISE DE BENEFICIOS PARA DEMANDAS JUDICIAIS (TERCEIRO INTERESSADO)			
GUSTAVO LEITAO DE FIGUEIREDO MEDEIROS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85048619	01/02/2024 12:10	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Vara Única de Princesa Isabel

Rua São Roque, S/N, Centro, PRINCESA ISABEL - PB - CEP: 58755-000 - ()



Processo: 0800057-91.2024.8.15.0311

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)

[Incapacidade Laborativa Parcial]

AUTOR: JOAO PAULO BARBOSA LEITE

Advogado do(a) AUTOR: RAPHAELLA KARLA MARTINS DE LIMA - PB20590

REU: INSS

DECISÃO

Vistos.

Primeiramente, **DEFIRO** o pedido de Justiça Gratuita, visto que preenchidos nos autos os requisitos formais exigidos pelo art. 98 do NCPC.

Quanto à pretensa concessão da tutela de urgência, à luz do art. 300 do CPC, exige **concomitantemente**: a) um juízo razoavelmente consistente sobre a factibilidade do direito inicialmente invocado; b) a necessidade que o direito judicializado seja colocado em imediata fruição do autor, a título provisório, em razão de perigo de dano (desaparecimento do próprio direito ou do sujeito), ou de prejuízo ao resultado pretendido pelo processo; e c) a reversibilidade do provimento.

Em matéria de tutelas de urgência contra a Fazenda Pública, devem ser observadas as vedações legais expressas na Lei nº 8.437/92, na Lei nº 9.494/97 e na Lei nº 12.016/2009, as quais, em resumo, impedem a concessão de tutelas antecipadas quando “esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação”, quando tenha por objeto a concessão de créditos tributários, a entrega de mercadoria e



bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza. Nos casos de benefícios de natureza previdenciária, a possibilidade da antecipação da tutela encontra guarida na Súmula nº 729 do STF.

No caso vertente, a concessão do benefício pleiteado depende de dilação probatória, para apurar a existência de deficiência e impedimento de longo prazo.

A documentação acostada à inicial, numa análise própria desta fase, **mostra-se insuficiente** à concessão da tutela de urgência, pois não foi evidenciada a **probabilidade do direito**.

Como os pressupostos da tutela de urgência são cumulativos, revela-se desnecessário discorrer acerca do perigo da demora.

Com estas considerações, INDEFIRO, por ora, a tutela de urgência pleiteada, o que faço com esteio no art. 300 do CPC.

Considerando que parte do objeto da presente demanda recai sobre a alegada incapacidade da parte autora, **determino a realização de perícia**.

Para tanto, NOMEIO o(a) Médico(a) perito(a), cadastrado no TRF5ª região, Dr. Gustavo Leitão de Figueiredo Medeiros, CRM/PB 8233, através do sistema AJG/TRF5ª. Fixo o valor dos honorários em R\$ 400,00 (Res./CJF n.305/2014).

É infausto o esforço de encontrar no sertão paraibano um médico perito cadastrado no AJG/TRF5 que aceite o valor de R\$200,00 por perícia. A título exemplificativo, o mais próximo desta Comarca está a 146km de distância (Patos/PB). Outros estão a 423km (João Pessoa). Raras vezes, quando coincide de laborar para a Prefeitura onde está a Comarca, aceita tal valor. No mais, todos recusam.

Além da distância (lugar da prestação do serviço), o elevado número de quesitos que as partes formulam (trabalho realizado), o tempo mister para se confeccionar os laudos e, muitas vezes, prestar esclarecimentos (tempo exigido para a prestação de serviço) e a falta de médicos no sertão paraibano (peculiaridade regional), tornam o valor de R\$200,00 parco para um médico perito (art.2º, Res./CNJ n.232/2016; art.25, Res./CJF n.305/2014). A Res./CNJ n.232/2016 fixa para perícias médicas o valor máximo de R\$370,00. A Res./CJF n.305/2014 fixou o valor máximo em R\$200,00 permitindo que o Magistrado majore até três (03) vezes “em situações excepcionais e considerando as especificidades do caso” (art.28, par. ún., Res./CJF n.305/2014).

Neste sentido, há entendimento do eg. TRF da 5ª Região:

“PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS PERICIAIS. MAJORAÇÃO COM SUPORTE NO § 4º DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 232/2016. POSSIBILIDADE. 1. Agravo de Instrumento manejado pelo INSS em face da decisão que indeferiu o pedido de redução dos honorários periciais, mantendo-se a sua fixação em três vezes o valor máximo da tabela do CNJ. 2. A Resolução CNJ nº 232/2016, em seu art. 2º, estatui que “o magistrado, em decisão fundamentada, arbitrará os honorários do profissional ou do órgão nomeado para prestar os serviços nos termos desta Resolução, observando-se, em cada caso: I - a complexidade da matéria; II - o grau de zelo e de especialização do profissional ou do órgão; III - o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço; IV - as peculiaridades regionais”. 3. No seu § 4º, a citada Resolução dispõe que “o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela em até 5 (cinco) vezes,



desde que de forma fundamentada." 4. Na Tabela anexa à referida Resolução, consta, para o caso em apreço, o valor de de R\$300,00 de honorários para os serviços de psicologia. 5. O MM. Juiz "a quo", em seu r. "decisum" agravado, majorou a importância a título de honorários periciais, para três vezes o máximo da tabela do CNJ, de forma fundamentada, em obediência ao § 4º do art. 2º da referida Resolução. Agravo de Instrumento improvido." (TRF5 - PROCESSO Nº: 0807151-46.2016.4.05.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO – RELATOR(A): DESEMBARGADOR(A) FEDERAL CID MARCONI - 3ª TURMA ORIGEM: JUÍZO FEDERAL DA 6ª VARA/PE - JUIZ HÉLIO SILVIO OURÉM CAMPOS, j.15/12/2016)

ADVIRTO que uma vez nomeado, o perito é obrigado ao cumprimento do encargo que lhe foi atribuído, sob pena de multa e sanção disciplinar pelo órgão profissional competente, salvo motivo previsto em Lei ou a critério do Juiz, nos termos do artigo 24 da Resolução 305/2014 do Conselho da Justiça Federal.

FIXO o prazo de 30 (trinta) dias úteis para encaminhar o relatório da perícia, a contar da sua realização, visto que as perícias serão realizadas em regime de mutirão (art.471, §2º, CPC).

DETERMINO que o Cartório registre esta nomeação no AJG/TRF5ª.

São quesitos do Juízo os formulados na Recomendação/CNJ n.01, de 15 de dezembro de 2015 (<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060>). As partes terão o prazo de 15 dias úteis para apresentarem quesitos.

1) OFICIE-SE o(a) perito(a) para realizar perícia no promovente, devendo ser designada data em **regime de mutirão** com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, diante da necessidade de intimação da parte a ser periciada e as providências de seu deslocamento (art. 156, §5º do CPC/2015). Anexem-se ao ofício os quesitos do Juízo e da(s) parte(s) e esta Decisão.

A perícia será realizada no Fórum desta Comarca, de forma a facilitar o Acesso à Justiça à parte promovente.

2) Com a data da perícia, INTIMEM-SE, devendo a promovente ser intimada pessoalmente para realizá-la levando todos os exames, notas fiscais de remédios, atestados, documentos pessoais etc.

3) Juntado o Laudo, CITE-SE O PROMOVIDO para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 30 (trinta) dias, contados na forma do art. 183 do NCPC, bem como para manifestar-se.

4) INTIME-SE a parte para se manifestar, no prazo de 15 dias úteis (art.477,§1º, CPC), a respeito do Laudo.

5) Não existindo pedidos de esclarecimento ao Perito, EXPEÇA-SE a RPV em favor do expert no AJG/TRF5ª.

6) Cumpridas todas as determinações, FAÇA-SE conclusão.
CUMpra-SE.

PRINCESA ISABEL/PB, data da assinatura digital.

Mathews Francisco Rodrigues de Souza do Amaral

Juiz de Direito em Substituição

(assinado mediante certificado digital)



F



Assinado eletronicamente por: MATHEWS FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA DO AMARAL - 01/02/2024 12:10:19
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24020112101935700000079988894>
Número do documento: 24020112101935700000079988894

Num. 85048619 - P 4

Documento 2 página 5 assinado, do processo nº 2024084974, nos termos da Lei 11.419. ADME.34693.60271.31489.61083-1
Mariene Felix da Silva [042.224.414-73] em 11/07/2024 08:46



Número: 0800057-91.2024.8.15.0311

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Órgão julgador: Vara Única de Princesa Isabel

Última distribuição : 11/01/2024

Valor da causa: R\$ 76.248,00

Assuntos: Incapacidade Laborativa Parcial

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO PAULO BARBOSA LEITE (AUTOR)		RAPHAELLA KARLA MARTINS DE LIMA (ADVOGADO)	
INSS (REU)			
CEABDJ- CENTRAL DE ANÁLISE DE BENEFICIOS PARA DEMANDAS JUDICIAIS (TERCEIRO INTERESSADO)			
GUSTAVO LEITAO DE FIGUEIREDO MEDEIROS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
88682909	12/04/2024 07:39	DADOS DO PERITO	Informações Prestadas

CONFORME SOLICITAÇÃO, SEGUEM OS DADOS DO PERITO

DADOS DO PERITO

NOME: GUSTAVO LEITÃO DE FIGUEIREDO MEDEIROS

ENDEREÇO: RUA SEVERINO SOARES Nº70 BAIRRO MATERNIDADE,
CONDOMÍNIO VILLAS DO LAGO QUADRA 01 LOTE 07

CEP: 58701-380

TELEFONE: 83 986802586

CPF: 04810796450

BANCO: BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA: 0151-1 **CONTA CORRENTE:** 6279-0 **PIX:** 04810796450

INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 19046838709

INSCRIÇÃO CONSELHO COMPETENTE: CRM-PB 8233

GUSTAVO LEITÃO DE FIGUEIREDO MEDEIROS
CRM/PB 8233
(Assinado eletronicamente)





Número: 0800057-91.2024.8.15.0311

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Órgão julgador: Vara Única de Princesa Isabel

Última distribuição : 11/01/2024

Valor da causa: R\$ 76.248,00

Assuntos: Incapacidade Laborativa Parcial

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO PAULO BARBOSA LEITE (AUTOR)		RAPHAELLA KARLA MARTINS DE LIMA (ADVOGADO)	
INSS (REU)			
CEABDJ- CENTRAL DE ANÁLISE DE BENEFICIOS PARA DEMANDAS JUDICIAIS (TERCEIRO INTERESSADO)			
GUSTAVO LEITAO DE FIGUEIREDO MEDEIROS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
88682908	12/04/2024 07:39	Resultado Perícia	Laudo Pericial

LAUDO MÉDICO PERICIAL

GUSTAVO LEITÃO DE FIGUEIREDO MEDEIROS
CRM: 8233 PB

EXMO. SR. DR. JUIZ DA VARA UNICA DE PRINCESA ISABEL

Ref. Processo: **0800057-91.2024.8.15.0311**
Reclamante: **JOAO PAULO BARBOSA LEITE**
Reclamada: **INSS**

Preâmbulo

Ao dia cinco do mês de abril do ano de 2024 às 08:30h, o Médico Perito GUSTAVO LEITÃO DE FIGUEIREDO MEDEIROS, designado pelo MM Juiz de Direito da VARA UNICA DE PRINCESA ISABEL, para proceder ao exame pericial em **JOAO PAULO BARBOSA LEITE**, nos Autos do processo Nº **0800057-91.2024.8.15.0311**, onde consta como Reclamada, INSS, descrevendo com verdade e com todas as circunstâncias, o que vir, descobrir e observar, bem como responder aos quesitos das partes. Em consequência, passa ao exame pericial solicitado.

Identificação

JOÃO PAULO BARBOSA LEITE, brasileiro, CPF: 056.165.594-40, RG: 3.241.750, residente e domiciliada na Rua Hosana Marques, s/n, Jardim Planalto – **Tavares-PB** – CEP: 58753-000.

HISTÓRICO LABORAL DO(A) PERICIADO(A)

- a) Profissão declarada: Servente de obras.
- b) Descrição da atividade: Servente de obras na construção civil.

Histórico

Apresenta acostado aos Autos atestados médicos assinados em outubro/2014 e dezembro/2014 e Comunicação de acidente de trabalho com CID-10 S68.3 (Amputação traumática combinada de (partes de) dedo(s) associada a outras partes do punho e da mão), decorrente de acidente de trabalho ocorrido em 02/10/2014.

Dossiê médico do INSS acostado aos Autos, referindo um novo acidente de trabalho em 11/07/2022 e trauma em mão esquerda.

Exame Físico



O paciente ao exame é um homem, que deu entrada caminhando por seus próprios meios e sem o auxílio de aparelhos; está em regular estado físico, bom estado de nutrição e aparenta uma idade física compatível com a idade cronológica.

Está lúcido, orientado, no tempo e no espaço, o pensamento tem forma, curso e conteúdo normal, a memória está presente e preservada, o humor igualmente presente e adequado às situações propostas. Não notamos a presença de delírios ou alucinações.

Mão esquerda com amputação de falange distal em 4º dedo e rigidez articular de falange distal de 3º dedo; movimento de pinça preservado.

Resposta aos quesitos:

Do Autor

Do Réu

Do Juiz

a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia.

- Refere dificuldades para realizar suas atividades laborativas após fraturas em mão esquerda.

b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).

- CID-10 T92.2 (Sequelas de fratura ao nível do punho e da mão).

c) Causa provável da(s) doença/moléstia(s)/incapacidade.

- Acidente de trabalho.

d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.

- Não.

e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.

- Sim, decorre de acidentes de trabalho ocorridos em 02/10/2014 e 11/07/2022; foi reclamada assistência médica.

f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.



- Não, porém reduz discretamente sua capacidade funcional em mão esquerdo após fraturas.

g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária? Parcial ou total?

- Não se aplica.

h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).

- De acordo com CAT acostada aos Autos, desde 02/10/2014.

i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.

- Não se aplica.

j) Incapacidade remonta à data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.

- Não se aplica.

k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial? Se positivo, justificar apontando os elementos para esta conclusão.

- Não.

l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?

- Não se aplica.

m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias? A partir de quando?

- Não se aplica.

n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial?

- Anamnese, exame físico e análise de todos os documentos acostados aos Autos.

o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento? Qual a previsão de duração do tratamento? Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico? O tratamento é oferecido pelo SUS?

- Não está em tratamento no momento; não há previsão de cirurgia no momento;

p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)?



- Não se aplica.

q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.

- Autor vítima de acidente de trabalho onde teve fraturas em mão esquerda e evoluiu com leve limitação articular do dedo afetado que reduz discretamente sua capacidade funcional, no entanto não interfere na sua capacidade de produção e ganho.

r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.

QUESITOS ESPECÍFICOS PARA O CASO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE

X) Qual a atividade laborativa habitual do periciado(a)? Essa atividade requer a realização de esforços físicos? Em caso afirmativo, de forma leve, moderada ou intensa?

- Servente de obras; esforços intensos.

XI) O (a) periciado(a) é portador de lesão ou perturbação funcional que implique redução de sua capacidade para o trabalho? Qual?

- Discretamente sim, CID-10 T92.2 (Sequelas de fratura ao nível do punho e da mão).

XII) Se houver lesão ou perturbação funcional, decorre de acidente de trabalho ou de qualquer natureza? Em caso positivo, indique o agente causador ou circunstancie o fato, com data e local, bem como indique se o(a) periciado(a) reclamou assistência médica e/ou hospitalar.

- Sim, decorre de acidentes de trabalho ocorridos em 02/10/2014; foi reclamada assistência médica.

XIII) O (a) periciado(a) apresenta sequelas de acidente de qualquer natureza, que causam dispêndio de maior esforço na execução da atividade habitual?

- Discretamente sim.

XIV) Se positiva a resposta ao quesito anterior, quais são as dificuldades encontradas pelo(a) periciado(a) para continuar desempenhando suas funções habituais? Tais sequelas são permanentes, ou seja, não passíveis de cura?

- Apresenta leve limitação funcional em dedos da mão esquerda; são permanentes.

XV) Houve alguma perda anatômica? Qual? A força muscular está mantida?

- Sim, falange distal de 4º dedo da mão esquerda; sim.

XVI) A mobilidade das articulações está preservada?

- Apresenta limitação articular em dedos da mão esquerda.

XVII) A sequela ou lesão, porventura verificada, se enquadra em alguma das situações discriminadas no Anexo III do Decreto 3.048/1999?



- Sim.

XVIII) Face à sequela, ou doença, o (a) periciado(a) está: a) com sua capacidade laborativa reduzida, porém, não impedido de exercer a mesma atividade; b) impedido de exercer a mesma atividade, mas não para outra; c) inválido para o exercício de qualquer atividade?

- Com sua capacidade laborativa discretamente reduzida, porém, não impedido de exercer a mesma atividade

XIX) A (s) sequela (s), limitação (ões), déficit (s) ou debilidade (s) atualmente apresentada (s) pela parte autora implicam redução da sua capacidade para o exercício da atividade profissional habitual (SERVENTE DE OBRAS) e/ou demandam maior esforço para o seu desempenho no respectivo grau (GRAU 2):

0 - 5	1	A sequela é totalmente compatível com a atividade laborativa anteriormente desempenhada, não interferindo em nenhuma atividade relacionada ou não à profissão específica.
6 - 15	2	A vítima pode continuar exercendo sua atividade profissional, mas necessita de um esforço acrescido. Entretanto, este esforço acrescido não repercute diretamente nas atividades fundamentais requeridas para aquele trabalho. Não há interferência na capacidade de produção nem de ganho.
16 - 25	3	A vítima pode continuar exercendo sua atividade profissional, mas necessita de um esforço acrescido. A sequela afeta a função inerente ao desempenho do posto de trabalho, sem necessidade de ajuda técnica, não interferindo na sua capacidade de produção e ganho.
26 - 35	4	Não há necessidade de reabilitação, mas exige-se ajuda técnica, como o ajuste de uma máquina ou adequação do ambiente do trabalho para que seja possível a manutenção da capacidade de produção e ganho.
36 - 50	5	É necessária reabilitação profissional, e suas possibilidades técnico-profissionais não interferem na capacidade de produção e ganho.
51 - 60	6	Sequelados que precisam de reabilitação, e têm reduzida sua capacidade de produção, necessitando uma ajuda técnica, apesar de se manterem no mesmo nível técnico profissional.



61 - 70	7	Sequelas que permitem a reabilitação do trabalhador, mas em um nível técnico-profissional inferior ao da época do acidente, mantendo capacidade de produção plausível para a sua reabilitação.
71 - 80	8	Sequelados que, apesar de reabilitados em nível técnico-profissional inferior ao da época do acidente, tem redução da capacidade de produção.
80 - 100	9	Insusceptível de reabilitação.

Conclusão

Em face ao exposto, somos de opinião que o Autor foi vítima de dois acidentes de trabalho onde teve fraturas em dedos da mão esquerda e evoluiu com leve limitação articular dos dedos afetados que reduz discretamente sua capacidade funcional, no entanto não interfere na sua capacidade de produção e ganho.

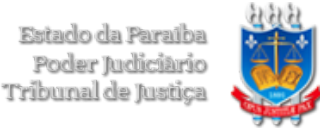
É o relatório.

GUSTAVO LEITÃO DE FIGUEIREDO MEDEIROS
CRM/PB 8233
(Assinado eletronicamente)





Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)



Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

GUSTAVO LEITAO DE FIGUEIREDO MEDEIROS

Data nascimento: *

30/01/1986

Sexo: *

Masculino



Nome Social:

CPF: *

048.107.964-50

Identidade: *

2685441_____

Órgão: *

SSPPB

INSS/PIS/PASEP: *

19046838709

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Pós-graduação

Nome da mãe: *

ALDVA MARIA LEITAO DE FIGUEIREDO MEDEIROS

Nome do pai:

ALDO MEDEIROS DOS SANTOS

Email: *

GUSTAVOLFM1@HOTMAIL.COM

Telefone: *

(83) 98680-2586

☐ Tornar dados de contato públicos

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Médico	CLINICO GERAL E PÓS GRADUAÇÃO EM PSIQUIATRIA	CRM PB 8233	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Municípios de atuação: *

Piancó

Endereço *

CEP *

58701-370

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

Patos

Bairro ?

Maternidade

Logradouro *

R. Atilano Moura

Número * ?

491

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
CEDULA DE IDENTIDADE MÉDICO	<div></div>
COMPROVANTE DE RESIDENCIA	<div></div>
DIPLOMA MEDICO	<div></div>

Dados bancários

Banco: *

Banco do Brasil S.A.

Agência: *

01511____

Conta: *

62790_____

Tipo conta: *

Corrente

Arquivo	Remover
DIPLOMA PÓS GRADUAÇÃO PSQUIATRIA	<div>✕</div>

Anexar arquivo

Gravar cadastro



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2024.084.974

Requerente: Juízo da Vara Única da Comarca de Princesa Isabel

Interessado: Gustavo Leitão de Figueiredo Medeiros – Perito Médico - gustavolfm1@hotmail.com

Trata-se de requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), arbitrados em favor do Perito Médico, Gustavo Leitão de Figueiredo Medeiros, CPF 048.107.964-50, PIS/PASEP 19046838709, nascido em 30/01/1986, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0800057-91.2024.8.15.0311, movida por JOÃO PAULO BARBOSA LEITE, CPF 056.165.594-40, em face do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, CNPJ 29.979.036/0001-40, perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Santa Isabel.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 de março de 2021, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo grau, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo pericial anexado às fls. 12/17, dos presentes autos.

Consultando o cadastro de peritos deste Tribunal - SIGHOP, é possível constatar que o cadastro do perito Médico Gustavo Leitão de Figueiredo Medeiros, CPF 048.107.964-50, encontra-se na situação de ativo.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), arbitrados em favor do Perito Médico, Gustavo Leitão de Figueiredo Medeiros, CPF 048.107.964-50, PIS/PASEP 19046838709, nascido em 30/01/1986, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0800057-91.2024.8.15.0311, movida por JOÃO PAULO BARBOSA LEITE, CPF 056.165.594-40, em face do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, CNPJ 29.979.036/0001-40, perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Santa Isabel.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 11 de julho de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0800057-91.2024.8.15.0311

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

Órgão julgador: Vara Única de Princesa Isabel

Última distribuição : 11/01/2024

Valor da causa: R\$ 76.248,00

Assuntos: Incapacidade Laborativa Parcial

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO PAULO BARBOSA LEITE (AUTOR)		RAPHAELLA KARLA MARTINS DE LIMA (ADVOGADO)	
INSS (REU)			
CEABDJ- CENTRAL DE ANÁLISE DE BENEFICIOS PARA DEMANDAS JUDICIAIS (TERCEIRO INTERESSADO)			
GUSTAVO LEITAO DE FIGUEIREDO MEDEIROS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
93611634	11/07/2024 09:59	honorários periciais. autorização da despesa	Comunicações